

Entrevista

*Entrevista com a historiadora
Solange Ramos de Andrade*

*Cristine Fortes Lia**
*Renata Siuda-Ambroziak***

A Professora Solange Ramos Andrade é graduada em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1985), com Mestrado (1994) e Doutorado (2000) em História pela mesma instituição, atualmente é Professora Associada na Universidade Estadual de Maringá (UEM), professora no Programa de Pós-Graduação em História (PPH) da UEM e coordenadora do curso de Especialização em História das Religiões (DHI) da UEM. Coordena o Grupo de Trabalho Nacional da Associação Nacional de História, GT História das Religiões e das Religiosidades. É editora da *Revista Brasileira de História das Religiões*. Suas pesquisas abordam, principalmente, os seguintes temas: História do Brasil, História da Igreja Católica, religiosidade católica e discurso eclesiástico.

Lia e Siuda-Ambroziak: Como você descreveria a sua experiência de professora e orientadora e a sua trajetória como pesquisadora-historiadora do tema religiosidades? Quais foram as suas motivações para iniciar pesquisas no campo das religiões e religiosidades?

Ramos de Andrade: Gosto de pensar minha trajetória profissional como uma colcha de retalhos composta por vários tecidos/objetos/

* Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora na Universidade de Caxias do Sul (UCS).

** Doutora em Sociologia e Filosofia Social pela Universidade de Warmia e Mazuria, Olsztyn – Polônia. Professora na Universidade de Varsóvia – Polônia.

interesses que, tomados isoladamente, são pedaços de panos escolhidos aleatoriamente, mas, quando costurados, se tornam uma composição harmoniosa com as digitais de quem a confeccionou.

Todas as minhas atividades de professora, pesquisadora e orientadora são fios puxados e tecidos a partir dessa colcha. Fios que se cruzam compondo quadros estampados com os símbolos e as cores de como me vejo nos meus relacionamentos com meus/minhas alunos/as na sala de aula, nas orientações das dissertações e teses, nas pesquisas por mim desenvolvidas e no GT de Religiões e Religiosidades. Estes quadros narram os prazeres e as sensações boas de poder levar para o meu campo de atuação e performances profissionais o que aprendi e sei fazer: ensinar a pensar objetos de pesquisa; a entender a prática de ensino e de pesquisa como associados. É o que sei fazer e é o que aprendi a fazer: ensinar o que sei.

Este prazer traduz-se no pressuposto de minha prática docente e se reflete na experiência acumulada como professora de História: a de que o historiador é um profissional. Enquanto “profissional de História”, aprendi a articular a pesquisa e o ensino, pois entendo que, “ensinar história é pesquisar história”, é perceber o método histórico, saber trabalhar com a documentação, confrontá-la, questioná-la. Enfim, ser um profissional de História é saber associar o seu trabalho de pesquisador com o seu trabalho em sala de aula para que o aluno entenda e aprenda que é a partir do trabalho empírico sobre/com documentos é que o conhecimento histórico se constrói. Quando o professor ensina História é a prática da pesquisa que ele transmite aos/às alunos/as, fornecendo as bases teóricas de tendências historiográficas. Se o/a aluno/a de graduação identifica os conceitos e as operações históricas e historiográficas envolvidas nos produtos das pesquisas históricas, acredito que estejamos ensinando o que é a História e o que é narrar a História.

Outra atividade prazerosa é a orientação de pesquisas. Como Roland Barthes, acredito que a orientação é o tempo em que você ensina “aquilo que não sabe”, mas tem a experiência de informar ao orientando a partir de quais caminhos ele pode chegar ao seu destino. A orientação ao mesmo tempo em que é um desafio, é um estágio na vida acadêmica que aprendemos muito com aqueles que formamos, numa relação dialógica e complexa. Dialógica porque as questões que são trazidas a nós nos forcem a também “pesquisar” objetos afins aos nossos. Complexa porque, apesar de orientarmos, a pesquisa não é nossa e nem sempre os

desdobramentos são considerados satisfatórios por nós. Vivemos com os/as alunos/as seus desafios, medos e incertezas porque pesquisar é pisar no terreno das inquietações. Um projeto de pesquisa é um traçado coerente e organizado. Porém, a execução da pesquisa é feita de trabalho nos arquivos, de contato com os documentos é o fazer vivo e que dá vida à história como narrativa. Nesse processo, as angústias e as descobertas como experiências compartilhadas fazem que aprendamos muito com os olhares de nossos(as) orientandos(as).

Aprendi, na minha trajetória, que a vida acadêmica é feita por muitos acasos. Sou de uma geração que em que a pesquisa e o trabalho na universidade, como professora, parecia pertencer a alguns/as pessoas geniais. Minha trajetória de pesquisa é ordinária, pois como meus colegas que obtiveram a graduação em meados da década de 1980, ao receber o diploma me percebi professora do Ensino Fundamental e Médio, uma realidade cada vez mais distante do que acontece atualmente com os pesquisadores mais jovens, que, ao concluírem a graduação, ingressam, quase que imediatamente, nos programas de pós-graduação. Na década de 1980, poucos eram os programas de pós-graduação e, como não era o meu caso, somente os alunos considerados brilhantes eram convidados e incentivados a prestarem um processo seletivo naqueles programas.

Após sete anos de atividades no ensino público, em 1992 me inscrevi no Programa de Pós-Graduação em História na Unesp, campus de Assis. A escolha do objeto de pesquisa surgiu a partir das reuniões que tive com meu orientador, Sidinei Galli. Cheguei com inúmeras ideias, que foram sistematicamente descartadas. No entanto, Galli perguntou o que eu achava de trabalhar com a temática religiosa.

Proveniente de um curso essencialmente marxista (brinco com meus alunos dizendo que tive Marx do primeiro dia do primeiro ano ao último dia do quarto ano), no qual o estudo das religiões não tinha o estatuto de pesquisa séria, visto com inúmeras ressalvas porque dizia respeito à cultura, às relações sociais envolvendo as crenças, as paixões, as emoções e sentimentos despertados por símbolos, por histórias de mortos e suas permanências e efeitos sobre os vivos. De certa forma, o convite feito pelo professor me levou a pensar e a apaixonar pela ideia. Mas o que estudar? Que objeto de pesquisa uma aluna poderia produzir se nada ou muito pouco havia lido sobre religiões na graduação?

Lia e Siuda-Ambroziak: De que forma a temática das religiosidades populares, especialmente da religiosidade católica, entrou nas suas pesquisas?

Ramos de Andrade: Como toda pesquisadora que se vê encantada por uma ideia comecei a pensar e me recordei que próximo de Assis havia uma cidade, Maracaí que tinha um menino milagreiro. Acreditei que o “Menino da Tábua”, nome como era conhecido na região e que levava milhares de romeiros até Maracaí, poderia se tornar um objeto de pesquisa para a história das religiões. Apaixonei-me pela ideia e fui até o cemitério da cidade de Maracaí, no interior do Estado de São Paulo, conhecer o culto ao “Menino da Tábua”.

A empatia foi imediata! De certa forma, o menino estava dentro de mim, na forma de memória. Havia a lembrança da história do santo, que conheci em 1979, quando uma música fazia o maior sucesso ao narrar a devoção e os milagres do “Menino da Tábua”. Os desafios enfrentados para escrever o projeto e participar do processo seletivo foram muitos. Após tanto tempo sem contato com a vida na universidade, escrever um projeto sobre um assunto para o qual não tinha muitas leituras e me preparar para o processo seletivo, tive de entrar em contato com autores que não fizeram parte da minha graduação.

Minhas primeiras leituras levaram-me para o campo da história das mentalidades: os três volumes organizados por Jacques Le Goff e Pierre Nora, descortinaram outra história, especialmente os textos de Alphonse Dupront e Dominique Julia que abordavam as religiões enquanto objeto da história. As mentalidades e seus estudos das práticas e comportamentos coletivos na longa duração possibilitaram minha formação como pesquisadora. As leituras de Mircea Eliade, Johan Huizinga, Michel Vovelle, Jean Delumeau, dentre outras, despertaram meu interesse para o que Michel de Certeau denomina de práticas menores, cotidianas. O homem ordinário, com suas crenças, passou a ser meu enfoque de pesquisa.

Em 1994 defendi minha dissertação de Mestrado intitulada: *Um estudo de religiosidade popular: o santo Menino da Tábua*. Com este estudo acerca do culto a um santo popular, numa pequena cidade do interior de São Paulo, identifiquei que, por meio da religiosidade popular, o devoto busca uma identificação com a divindade, uma consciência

elementar do sagrado, um universo religioso ou uma maneira específica de maior aproximação da existência e das coisas sagradas que não passa pelo viés exclusivo do institucional, mas percorre os elementos oriundos de uma cultura devota. A partir da análise da documentação, materializada por entrevistas e matérias de jornais, pude percorrer a história da devoção a partir da própria historicidade da criação do santo.

Poucos dias após o término do Mestrado, iniciei minha pesquisa de Doutorado, defendida no ano de 2000, na Unesp, com o título *O catolicismo popular na Revista Eclesiástica Brasileira – 1963-1980*. Na tese, a partir da leitura de uma revista católica, a *Revista Eclesiástica Brasileira*, e de documentos oficiais da Igreja Católica, objetivei apontar e analisar como a instituição eclesiástica aborda, conceitua e se posiciona perante as manifestações religiosas designadas *populares*, durante os anos de 1963 a 1980. Analisei quais as principais tendências teológicas, sociológicas, antropológicas e históricas que permearam os artigos publicados durante o período citado e que influenciaram na elaboração do conceito de catolicismo popular adotado pelos membros do clero brasileiro. Após estudos, percebi que a Igreja Católica, apesar de aparentar uma perspectiva mais aberta diante das manifestações populares do catolicismo, ainda detém uma postura reticente quanto à sua aceitação, considerando-as, ora como sinônimo de ignorância, ora como sinônimo de alienação.

Após o Doutorado, desenvolvi a pesquisa docente intitulada “O discurso dos intelectuais no processo de elaboração de um perfil religioso no Brasil a partir do século XIX”, cuja proposta era discutir a elaboração do conceito de catolicismo popular a partir do discurso elaborado pelos intelectuais em fins do século XIX, argumentando que os mesmos absorveram um conceito já legitimado pela instituição que o criou, a saber, o catolicismo popular seria um conceito construído pela instituição eclesiástica, e os intelectuais o absorveram timidamente no século XIX, com Nina Rodrigues, e completamente a partir da década de 1960, como o faz Thales de Azevedo.

Na pesquisa “As representações do sagrado na sociedade brasileira: a história do Catolicismo em Maringá – PR”, cujo objetivo foi o de abordar a história do catolicismo em Maringá – PR, optei pela caracterização do fenômeno religioso no mundo atual a partir da história local. A metodologia foi desenvolvida a partir de duas frentes de trabalho: a história institucional, a partir de Pierre Bourdieu e sua noção de campo religioso, e as manifestações populares tendo como apoio as análises de

Roger Chartier, especialmente as noções de apropriação e representação coletiva.

A partir dessa pesquisa, ainda no estudo das manifestações oficiais e não oficiais do catolicismo, desenvolvi uma pesquisa acerca do culto à Nossa Senhora do Rocio, na cidade de Paranaguá, no Paraná. Meu objetivo era o de analisar a dinâmica existente nas manifestações de religiosidade, quando o culto tem seu aparato institucional.

Esses anos de pesquisa levaram ao questionamento de alguns termos com os quais trabalhei até o momento, sendo que o principal é o de catolicismo popular, a ponto de rejeitá-lo e passar a usar o termo religiosidade católica. Conceituo como religiosidade católica as manifestações que envolvem o culto aos santos católicos, reconhecidos (ou não) pela Igreja. Parto da constatação de que nessas manifestações é difícil detectar o limite entre o institucional e o não institucional por se tratar de expressões complexas, nas quais o devoto acredita estar vivendo sua religião, sem a preocupação dela estar ou não sancionada pela instituição.

Numa manifestação de religiosidade, o devoto utiliza elementos que são característicos da religião oficial, sem sentir-se embaraçado por isso. Gestos como rezar orações próprias da religião oficial ou pedir a celebração de missas para pagar uma promessa feita a um santo não reconhecido oficialmente não o constrangem, pois ele continua considerando-se sempre ligado à sua religião.

Diante deste pressuposto, a conceituação de uma manifestação a partir da dicotomia oficial/popular, dominante/dominado mostra-se, no mínimo, incompleta, pois exclui a especificidade de cada manifestação de religiosidade que o historiador aborda, pois, ao adotar a análise a partir desta dicotomia, acaba por pulverizá-la, dado que cada prática analisada é apresentada como tendo uma existência forjada em virtude de outra prática considerada a oficial.

Outro aspecto a ser ressaltado é uma extensão do anterior, pois trata da adoção do termo *catolicismo popular*. Tendo como premissa o caráter histórico presente na construção dos conceitos utilizados por uma sociedade, bem como o papel desempenhado pelo lugar social ocupado pelo agente que constrói um determinado conceito, minha advertência parte de uma preocupação de ordem metodológica. Quando iniciei meus estudos sobre santos não oficiais, usei termos consolidados

pela bibliografia especializada, acreditando estar respaldada no princípio de legitimidade e autoridade dos mesmos.

O conceito de catolicismo popular era usado automaticamente, sem uma preocupação em pensar sua historicidade ou em detectar as maneiras pelas quais diversos atores sociais se apropriavam dele. Ao identificar que a extensão popular ocupava a maior parte das denominações que fugiam do caráter institucional, percebi que, em todas as abordagens, ao utilizarem este termo, analisavam as manifestações a partir do viés institucional e não uma manifestação com certa autonomia. Uma religião não será percebida enquanto “popular” senão quando uma religião “oficial” a declara ultrapassada e não legítima.

No que diz respeito às minhas pesquisas acerca das religiões e das religiosidades, procurei criar um espaço de debates sobre o tema tanto no ambiente do Departamento de História como na universidade em geral. Reconheço que tive de aguardar até a conclusão do Doutorado e, conseqüentemente um maior amadurecimento, para começar a criar este espaço.

Atualmente meu interesse está em analisar os manuais de civildade católica publicados no Brasil. Esses manuais apresentam a construção do discurso institucional sobre o que as moças católicas deveriam vestir na primeira metade do século XX. Para tanto, utilizo dois tipos de produção: o primeiro é o discurso papal, representado pelos papas que nortearam as determinações eclesiais acerca das aparências femininas: Bento XV (1914-1922); Pio XI (1922-1939) e Pio XII (1939-1958). O segundo tipo corresponde a quatro obras, publicadas no Brasil, que possuíam o *imprimatur*, isto é, a aprovação oficial da Igreja Católica atestando que não existiam, em suas páginas, conteúdos que iriam contra suas diretrizes. São elas: *Maria falando ao coração das donzelas*, do Abade A. Boyle, escrita em 1917; *A formação da donzela* (1958), escrita pelo lazarista José Baeteman, publicada em 1919; *Donzela cristã*, do Padre Matias de Bremscheid, escrita em 1935; e *Perante a môça: para o môço ler antes do noivado* (1959), escrita pelo redentorista Geraldo Pires de Sousa, em 1952. Esses livros, juntamente com outras publicações destinadas às mulheres, tais como as revistas e jornais católicos, cumpriam o papel fundamental na educação das aparências das mulheres católicas. Meu objetivo consiste em observar e identificar como os discursos papais e as obras que colocavam esses discursos em prática, instruíam as mulheres acerca das indumentárias que lhes seriam apropriadas. Procuo evidenciar

como o discurso eclesiástico normaliza as aparências e as práticas da mulher jovem destinada a assumir um papel em sintonia com a Igreja Católica em um dos núcleos mais importantes do processo de evangelização, implantado tardiamente pela romanização no Brasil: a mulher como esposa, mãe e educadora da família católica.

Lia e Siuda-Ambroziak: Como você vê o desenvolvimento do campo de pesquisa das religiosidades no Brasil contemporâneo?

Ramos de Andrade: Minhas considerações estão relacionadas ao período em que um lado de minha trajetória se tornou forte e, por isso, acredito que foi nos anos 1990 que me tornei “pesquisadora”... A partir da segunda metade da década de 1990, o espaço privilegiado de discussão, entre os historiadores, foram os cursos de pós-graduação. Nos programas de Mestrado e Doutorado em História das principais universidades brasileiras, o estudo da História das Religiões firmou pesquisas sobre as mais variadas manifestações. O catolicismo ganhou estudos regionais, tais como o de Artur Isaia (1998),¹ as ordens religiosas foram abordadas a partir de seus conflitos internos com Guilherme Pereira das Neves (1997).² Os movimentos pentecostais em suas variadas manifestações, ao mesmo tempo que tomam o espaço da mídia, ganham estudos historiográficos, como o de Campos Júnior (1995)³ e de Elizete da Silva (1998).⁴

Em fins dos anos 1990 e inícios do século XXI, a história do protestantismo recebe várias abordagens e revisões, como a de Giumbelli (2001),⁵ ao passo que as religiões afro-brasileiras e o espiritismo ganham legitimidade enquanto objeto de estudo.⁶

Dois historiadores influenciam significativamente esse período: o primeiro, Michel de Certeau, ao afirmar que toda análise do passado orienta-se por uma leitura do presente,⁷ propõe uma reescrita da história religiosa, o que significa lidar com práticas e crenças religiosas, perceber as manifestações enquanto práticas estratégicas e perscrutar maneiras de sobrevivência dentro quadro social em que tais interlocuções ocorrem.⁸ O conceito de formalidade das práticas é utilizado por Vanda Fortuna Serafim (2013),⁹ para analisar a obra de Nina Rodrigues. Já Virgínia Buarque analisa a sua contribuição para o desenvolvimento de uma História das Ideias Religiosas (2014).¹⁰

O segundo, Roger Chartier afirma que, para pensar historicamente as formas e as práticas culturais, deve-se pensar em duas definições: a primeira que designa as obras e os gestos que, em uma sociedade, tangem ao julgamento estético ou intelectual e; a segunda visa às??? ou as??? práticas ordinárias tecidas nas tramas das relações cotidianas e exprimem a maneira como uma comunidade vive e reflete sua relação com o mundo e com o passado.¹¹ Dentre os trabalhos que adotam os conceitos de Chartier temos o de Nadia Maria Guariza (2003),¹² ao analisar as dimensões da representação materna católica e; o Fábio Luiz da Silva. (2007),¹³ acerca das representações espíritas.

O panorama atual dos estudos em História das Religiões e Religiosidades pode ser descrito como multifacetado e complexo, permeado por diálogos multidisciplinares. Em primeiro lugar a visibilidade dos estudos no campo da História, marcada pelo crescente número de dissertações e teses com temáticas voltadas para práticas e discursos religiosos, advindas de vários programas de pós-graduação. Os simpósios e congressos da área também garantem tal visibilidade e lhe confere legitimidade como campo de pesquisa historiográfica. A demanda tem se tornado tão significativa que além dos Grupos de Pesquisas, a área conta com a representatividade a partir de duas Associações: Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR)¹⁴ e o Grupo de Trabalho História das Religiões e das Religiosidades, da Associação Nacional de História (ANPUH).¹⁵

Em segundo lugar, a História das Religiões, assim como outros campos, tem acompanhado a dinâmica da produção historiográfica na utilização das operações conceituais e metodológicas, na tentativa de analisar as manifestações religiosas enquanto processos culturais, sociais, econômicos, políticos e, também, simbólicos, míticos, fantásticos.

Em terceiro lugar identifico dois movimentos, muitas vezes complementares, entre os historiadores; o primeiro reside na preocupação de abordar “novos objetos” presentes em temáticas voltadas para as relações entre mídia e religião, a partir das manifestações neopentecostais (BELLOTTI, 2011),¹⁶ como também as relações entre gênero e religião a partir da história cultural (SILVA, 2011).¹⁷ O segundo movimento apresenta a necessidade de questionar conceitos tradicionais e aprimorá-los, como catolicismo popular por religiosidade católica (ANDRADE, 2008),¹⁸ ou substituí-los, como sincretismo por hibridismo cultural (SOUZA, 2002).¹⁹

Por fim, presencio a tendência existente entre os historiadores das religiões em abandonar discussões fechadas em denominações religiosas, até mesmo preferindo a nomenclatura de História das Crenças no intento de garantir a abertura às abordagens atinentes às vivências, multiplicidades, interpelações culturais e sensibilidades. Daí o crescente interesse em analisar as religiosidades e práticas liminares voltadas tanto para as etnias (indígenas e negras) e práticas de cura (benzedeiros e rezadeiras), como também os processos individuais de crenças, como o ateísmo.

Lia e Siuda-Ambroziak: Como aconteceu a fundação do Grupo de Trabalho da ANPUH História das Religiões e Religiosidades? Quais foram os motivos da constituição do GT, as atividades, os objetivos, e a sua atuação como coordenadora do mesmo?

Ramos de Andrade: Quero destacar a criação de dois espaços que foram fundamentais para a estruturação do GT História das Religiões e Religiosidades – ANPUH: a criação do Grupo de Pesquisa em História Religiosa e das Religiões do CNPq, no ano de 2002, do qual sou líder. Foi a partir do Grupo que consegui organizar o Laboratório de Estudos em Religiões e Religiosidades (LERR) no ano de 2003, que acabou por se constituir um espaço privilegiado para o desenvolvimento de pesquisas em religiões e religiosidades e local das reuniões para a criação do GT, já no ano de 2003.

Vinculado à Associação Nacional de História, o GT iniciou seu trabalho de organização no ano de 2005, culminando no I Encontro do GT Nacional História das Religiões e Religiosidades – ANPUH, na cidade de Maringá, em 2007. Com nove anos de existência, contamos com vários GTs regionais e caminhamos para o VI Encontro Nacional.

Desde sua criação os objetivos do GT são: constituir um espaço de referência nacional nos estudos sobre história das religiões e religiosidades; analisar as manifestações religiosas inseridas em seu contexto histórico; aprofundar o conhecimento e qualificar o profissional para a pesquisa e a docência; dar visibilidade as pesquisas acerca das manifestações religiosas, vinculadas aos Cursos de Pós-Graduação em História; constituir referencial teórico e metodológico que oportunize a leitura e a integração crítica e consciente da pluralidade do fenômeno religioso na sociedade

atual; fortalecer a área dos estudos religiosos como disciplinas em cursos de graduação, além do desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Ainda como desdobramento das atividades do GT, em maio de 2008 lançamos a Revista Brasileira de História das Religiões. Espaço de publicação, prima pela sua seriedade e profissionalismo, constituindo referência importante para a divulgação e visibilidade das pesquisas realizadas no Brasil.

Quero destacar que sucesso de tal empreitada se deve ao trabalho incansável de pesquisadores dos diversos campos do conhecimento, que elegeram como objeto de estudo as religiões e religiosidades e acreditaram em nossa proposta.

Ramos de Andrade: concluindo...

Essa minha colcha de retalhos caracteriza meu percurso como uma pesquisadora que tem histórias para contar. Foi um prazer costurar os relatos da memória para transformá-los em narrativas da minha história. Sem dúvida, histórias multifacetadas sobre as quais caberiam muitos bordados. No entanto, nos limites de uma entrevista é a colcha possível de ser cerzida. Obrigada!

Notas

- ¹ ISAIA, A. C. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
- ² NEVES, Guilherme Pereira das. *E receberá mercê: a mesa de consciência e ordens e o clero no Brasil 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- ³ CAMPOS JUNIOR, L. C. *Pentecostalismo: sentidos da palavra divina*. São Paulo: Ática, 1995.
- ⁴ SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra pátria. anglicanos e batistas na Bahia*. 1998. Tese (Doutorado em História) – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. São Paulo, 1998.
- ⁵ GIUMBELLI, Emerson. A vontade do saber: terminologias e classificações sobre o Protestantismo brasileiro. *Revista Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro: ISER, v. 21, n. 1, p. 111-112, 2001.
- ⁶ ISAIA, Artur César; MANOEL, Ivan Aparecido (Org.). *Espiritismo & religiões afrobrasileiras: história e ciências sociais*. Franca: Edunesp, 2012.
- ⁷ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 34.
- ⁸ CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 46.
- ⁹ SERAFIM, Vanda Fortuna. *Nina Rodrigues e as religiões afro-brasileiras: a “formalidade das práticas” católicas no estudo comparado das religiões (Bahia - século XIX)*. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História. Florianópolis, Santa Catarina, 2013.
- ¹⁰ BUARQUE, Virgínia. A contribuição de Michel de Certeau à História das Ideias Religiosas. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, ano VI, n. 16, p. 161-172, maio 2013.
- ¹¹ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002, p. 93
- ¹² GUARIZA, N. M. *As guardiãs do lar: a valorização materna no discurso ultramontano*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, Curitiba, 2003.
- ¹³ SILVA, Fábio Luiz da. *Céu, inferno e purgatório: representações espíritas do além*. 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2007.
- ¹⁴ A ABHR foi criada em 25 de junho de 1999, na Universidade Estadual Paulista, UNESP, campus de Assis.
- ¹⁵ O GT História das Religiões e Religiosidades, da ANPUH foi criado no ano de 2003, na Universidade Federal de Dourados-MS e foi instituído no XXII Encontro Nacional de História, na Universidade Estadual de Londrina, UEL, em Londrina – PR.
- ¹⁶ BELLOTTI, Karina Kosicki. História das religiões: conceitos e debates na era contemporânea. *História: Questões & Debates*, Curitiba, Ed. da UFPR, n. 55, p. 13-42, jul./dez. 2011.

¹⁷ SILVA, Eliane Moura. Missionárias protestantes americanas (1870-1920): gênero, cultura, história. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 9, p. 1-20, 2011

¹⁸ ANDRADE, Solange Ramos de. A religiosidade católica e a santidade do

mártir. *Projeto História*, São Paulo, n.37, p. 237-260, dez. 2008.

¹⁹ SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista*. História da festa de coroação de rei congo. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

